

ACTA Nº 3

Acta da Sessão Ordinária do dia 27 de Fevereiro de 2006

----- Aos vinte sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, pelas vinte horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniram a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltou à presente Sessão o deputado Evangelista dos Santos Gadelho. ---

----- Tomaram posse os senhores deputados Paulo Alexandre Pinho dos Santos e Óscar Manuel de Oliveira Gaspar. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores Carlos Neves, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- De seguida foi lida a acta da Sessão anterior e colocada à discussão. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro solicitou a rectificação da acta no que diz respeito ao Regimento da Assembleia Municipal na qual afirmou, e citando o regimento, que competia à Mesa apresentar um projecto de Regimento ou propor a constituição de uma comissão, não sendo usual a Mesa apresentar proposta de Regimento. --

----- O senhor deputado Manuel Pereira afirmou não concordar com a afirmação do senhor deputado Joaquim Plácido no que se refere à duplicação do FFF. -----

----- Após essas propostas de correcção, a acta foi aprovada com quatro abstenções. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O senhor deputado Silvério Regalado, referindo-se ao encerramento das escolas, considerou uma medida fundamental para o desenvolvimento das crianças e que esse mesmo desenvolvimento não deveria ser arma de arremesso político. Afirmou que o futuro deverá passar por escolas de ensino integrado e questionou o executivo para saber se já foram providenciadas todas as condições quer de transporte, quer de alimentação, para que as crianças cujas escolas vão encerrar possam ter todas as condições necessárias. Relativamente ao armazenamento de milhares de m³ de areia que está a ser depositado na Costa Nova, fruto do assoreamento do Porto de Aveiro, questionou o executivo da possibilidade do Município poder utilizar essas areias para o reforço do cordão dunar. Outra questão que levantou foi o ponto da situação da revisão do PDM de Vagos. Relativamente às incompatibilidades dos membros do gabinete do Sr. Presidente da Câmara, referiu ainda que, independentemente de ter laços familiares com uma dessas pessoas, considera que os mesmos têm competência para o desempenho dessas funções, e questionou se era ou não era legal o despacho de nomeação das duas pessoas em causa. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos questionou o executivo relativamente ao que está a ser feito acerca da avaliação do património imobiliário de Vagos. Relativamente ao corte de árvores no início da povoação,

afirmou estar chocada com a situação e mesmo sabendo que não foi da responsabilidade da Câmara Municipal, considera que esta deveria ter tomado uma atitude de repúdio pela situação. Acerca do encerramento das escolas, demonstrou indignação e desacordo com a decisão governamental, afirmando que é um direito das crianças frequentarem as escolas da sua terra e cabe ao governo garantir as condições necessárias para que isso aconteça. Relativamente ao convite do Sr. Bispo de Aveiro para uma sessão de reflexão dos autarcas, demonstrou algum desagrado e lembrou algumas injustiças passadas na luta da população de Vagos contra o tratamento de resíduos. Mostrou o seu desgaste em relação à exploração de inertes no concelho de Vagos e a implicação desta na qualidade e quantidade de água do concelho. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro solicitou à Mesa da Assembleia que passem a ser entregues aos membros da Assembleia os documentos relativos aos assuntos que vão ser discutidos na mesma, compreende que seja complicado fazer chegar os documentos com a convocatória mas afirma que poderão chegar posteriormente e até através de correio electrónico. Questionou o executivo sobre qual a responsabilidade da Câmara e dos munícipes sobre a colocação de manilhas, reposição de pavimento e construção de passeios no lugar da Carregosa. Relativamente às incompatibilidades de funções considera que, de facto, existem, e solicita os pareceres que foram emitidos pelas entidades, em especial o parecer da CCDR-C. No que se refere a duplicação do FFF, questionou se era verdade que a Câmara tinha intenção de reaver as máquinas que os Presidentes de Junta adquiriram com a duplicação do mesmo. Em relação à educação, questionou o executivo sobre o ponto da situação da Carta Educativa e se o Conselho Municipal de Educação já tinha reunido para discutir o tema do encerramento das escolas. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar demonstrou a sua surpresa e indignação acerca do parecer negativo do executivo relativo ao nome do Dr. Frederico de Moura para a Esc. Secundária de Vagos. Relativamente ao PDM, questionou acerca do ponto de situação. Interrogou ainda o executivo em relação à deslocalização do quartel da GNR. Lamentou que em Fevereiro ainda não haja o lançamento do Plano de Actividades do concelho. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que, de acordo com o que está estipulado na lei, o concelho de Vagos, reúne os requisitos para o encerramento de sete estabelecimentos escolares, embora desconheça a posição do Ministério da Educação, ressalvando que ainda não foi colocada a questão à Câmara por parte da DREC, e que a seu tempo, a Câmara Municipal emitirá a sua posição. Na eventualidade de alguns estabelecimentos de ensino encerrarem, a Câmara Municipal terá de assegurar o transporte e a alimentação das crianças afectadas. Relativamente ao armazenamento das areias na Costa Nova, e após reuniões tidas com o INAG, CCDR-C e a APA, foi dito por estas entidades que as areias não serviam nenhum dos usos que a Câmara estava a reivindicar, estando agora a questionar qual a possibilidade de colocar algum destes inertes no tardoz do cordão dunar, a norte da Praia da Vagueira. Em relação ao PDM, afirmou que este passou positivamente com abstenção do DGRF na última C.T.A., em 12 de Setembro de 2005, indo posteriormente para parecer das entidades exteriores da C.T.A., faltando apenas resolver um problema com a DGRF para que a proposta de revisão vá para inquérito público. No que diz respeito às incompatibilidades do GAP, disse que existe um parecer de 2003 da CCDR-C, que afirma que se o autarca de Junta de Freguesia exercer o cargo em regime de não permanência, o que acontece em todas as Juntas do

concelho de Vagos, seria possível nomeá-lo para outra qualquer função. Relativamente à avaliação do património imobiliário, a Câmara Municipal solicitou a revisão, quer dos zonamentos, quer dos coeficientes de localização, para habitação, comércio e indústria, de acordo com as novas regras aprovadas pela CTA do PDM de Vagos. Em relação à exploração ilegal de inertes, afirmou ser estranho que ao fim de 20 anos, não tenha havido alguém com capacidade para impedir esta exploração ilegal, afirmando peremptoriamente que este problema não é fácil de combater, relembrando, também, que no concelho de Vagos há cerca de uma dúzia de explorações legais todas elas com plano de recuperação paisagística. Em algumas explorações estas recuperações estão um pouco atrasadas. Percebendo a realidade existente, referiu que prefere assumir áreas de exploração de inertes com impossibilidade prática de prejudicar os grandes aquíferos do concelho de Vagos, do que tentar impedir aquilo que é obvio que vai continuar a existir, ou seja, a exploração ilegal. Em relação às actas das reuniões da Câmara, informou que a partir da próxima reunião estarão disponíveis na Internet. Relativamente à questão levantada pela deputada Dina Ribeiro sobre as obras de urbanização, só no caso dos loteamentos é que legalmente são impostas ao loteador, como sejam os passeios e estacionamento. Quanto à Carta Educativa, afirmou que estará concluída no dia quinze de Março. Em relação à duplicação do FFF e ao reaver das máquinas, só acontecerá com as Juntas de Freguesia que o propuserem. A posição da Câmara Municipal foi manter o nome de Escola Secundária de Vagos e não dar parecer desfavorável ao nome de Dr. Frederico de Moura. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar relativamente à questão das incompatibilidades, apresentou cópia do extracto do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, bem como dois pareceres da CCDR/C, sobre esta matéria. Esclareceu que o Partido Socialista não pediu a demissão de ninguém, apenas quis ser elucidado sobre a situação. ---

----- A senhora deputada Dina Ribeiro referiu que ficou esclarecida em relação a algumas das questões que tinha colocado, e solicitou mais uma vez que lhe fossem entregues os documentos e pareceres relativos às incompatibilidades. Afirmou, também, que não ficou muito esclarecida acerca das obras de urbanização, e demonstrou o seu descontentamento sobre as respostas que lhe foram dadas relativas ao encerramento das escolas, em particular, à questão que colocou sobre o Conselho Municipal de Educação. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que o Conselho Municipal de Educação ainda não reuniu para debater o assunto do encerramento das escolas. Relativamente ao acórdão acerca das incompatibilidades, afirmou que este apenas trata da questão dessa como forma de instrução e disponibilizou-se para fazer chegar aos partidos os despachos de nomeação. Revelou ainda que não encontra na lei qualquer incompatibilidade. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- PUNTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a actividade municipal, no período compreendido entre dezasseis de Dezembro de dois mil e cinco e vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e seis. -----

----- Deu ainda a conhecer a informação financeira à data de vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e seis. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar considerou que a informação prestada neste ponto pelo Presidente da Câmara não estava de acordo com a legislação, já que nela devia constar referências a processos judiciais pendentes e aos resultados nas associações e sociedades e estranhando também que não tivesse havido referência às negociações com a SIMRIA e às participações na assembleia-geral desta entidade e às perspectivas para a assembleia de sete de Março. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara em resposta, deu a conhecer que em termos de reclamações de credores havia uma que foi concertada na passada quinta feira, que era da POAL. No que diz respeito a processos judiciais existem quatro, dois por indemnização e quanto a resultados nas associações e sociedades, apesar de não serem relevantes, terão de existir. Em relação à assembleia-geral da SIMRIA, declarou que foi informalmente bem aceite a proposta da Câmara Municipal de Vagos para o acordo entre a SIMRIA e os municípios devedores, mas só após a assembleia de sete de Março é que se pode confirmar se esta proposta foi aceite formalmente por parte do Conselho de Administração, inclusivamente pelo representante das Águas de Portugal. -----

----- **PONTO DOIS – RECTIFICAÇÃO DOS NOMES APRESENTADOS PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO MUNICIPIO DE VAGOS** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer os quatro nomes que lhe foram entregues para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens: Dra. Leane Leite, Dr. André Pinho, Dr. Carlos Maia e Dr. Manuel Pereira. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado apresentou um documento, em nome do grupo municipal do PSD, propondo à Assembleia uma lista para a representar na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, composta pela Dra. Leane Leite, Dr. André Pinho, Dra. Maria Adriano Soares e Dra. Maria de Fátima Moço. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia constatou haver uma alteração aos nomes que anteriormente lhe tinham sido entregues. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro mostrou indignação e surpresa pelo facto do Grupo Municipal do PSD apresentar agora uma lista para a Comissão, indo contra o compromisso assumido na última Assembleia Municipal.-

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos considerou que a atitude do Grupo Municipal do PSD foi infeliz, incorrecta e desrespeitadora das outras forças partidárias representadas nesta Assembleia. Aproveitou ainda para prestar uma homenagem ao Dr. Carlos Maia pelo trabalho notável e pela dedicação total que este tem tido ao longo do tempo que se encontra na CPCJ. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado defendeu a postura do Grupo Municipal do PSD e lembrou que em tempos atrás sugeriu que se interrompessem os trabalhos e se debatesse entre porta-vozes dos grupos presentes na Assembleia este assunto, lembrou também que a maioria que detêm nesta Assembleia lhes foi dada pelos municípios de Vagos e não deveria ser desprezada. -----

----- A senhora deputada Ana Maria de Vasconcelos interrogou o Presidente da Câmara para denunciar que factos políticos é que estiveram por trás desta decisão por parte do Grupo Municipal do PSD. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que apesar deste assunto não ser propriamente um ponto de

intervenção do Presidente da Câmara, conhece os factos políticos e considerou que era importante intervir. Começou por criticar a postura, nas últimas semanas, por parte do presidente da CPCJ, resultado de uma decisão da Câmara Municipal de Vagos em encerrar o projecto Saltar Barreiras. Após uma análise profunda ao projecto e para além dos custos e da sua distribuição pelas crianças afectas ao mesmo, verificou-se que contrariava uma série de instrumentos pedagógicos actualmente em vigor. Na sequência deste encerramento, havia necessidade de resolver os contratos de trabalho a termo resolutivo inerentes ao projecto Saltar Barreiras. O que se constatou foi uma demonstração de desagrado, algo violenta, por parte das técnicas após a decisão de revogação de um contrato de trabalho que foi consequência de um projecto que tinha encerrado. Mas ficou mais surpreendido quando soube que o presidente da CPCJ, à revelia da Câmara Municipal, tomou partido das técnicas. Perante os factos apresentados, surge esta proposta do Grupo Municipal do PSD. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos valorizou uma vez mais o excelente trabalho realizado pela CPCJ e enalteceu o projecto Saltar Barreiras, para o bem das crianças do concelho de Vagos, considerou ainda que a Câmara Municipal esteve muito ausente deste projecto. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar considerou que com a atitude que tomou, o PSD está a partidarizar a Comissão e está a impor um ónus que esta não deveria ter, considerou ainda que esta decisão foi uma rasteira que pregaram aos partidos da oposição de forma não frontal e encapuçada. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado começou por refutar o termo rasteira, e defendeu que o grupo municipal do PSD não é manietado pela Câmara, mas lembrou que como é o Grupo Municipal que dá o apoio ao Executivo, todas as decisões e tomadas de posição são tomadas em concordância. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro lembrou que a quem compete nomear os elementos para a CPCJ é à Assembleia e não à Câmara. Concordou com a intervenção do deputado Óscar Gaspar, e reforçou o termo rasteira. --

----- O senhor presidente da Câmara estranhou que ninguém tenha pedido os documentos relacionados com o fim do projecto Saltar Barreiras e fez questão de os fazer chegar aos porta-vozes dos partidos políticos, afirmando que a Câmara tinha o direito de expressar a sua opinião junto do seu grupo parlamentar, para que o mesmo pudesse avaliar e escolher os membros a indicar. Garantiu, ainda, que a decisão grave que foi tomada, não o foi de ânimo leve, não foi só para colorir a Comissão, foi sim para corrigir um facto em que alguém tomava conta da Comissão, pondo em causa um projecto e as pessoas que carecem do apoio da mesma. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia apresentou os nomes das duas listas à votação: Lista A, composta pela Dra. Leane Leite, Dr. André Pinho, Dr. Carlos Maia e Dr. Manuel Pereira; Lista B, proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, composta pela Dra. Leane Leite, Dr. André Pinho, Dra. Maria Adriano Soares e Dra. Maria de Fátima Moço. -----

----- Realizada a votação, apuraram-se os seguintes resultados: vinte e quatro votos a favor da Lista B, e seis votos a favor da lista A, pelo que a lista que foi proposta pelo Grupo Municipal do PSD foi aprovada. -----

----- PUNTO TRÊS – ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----- O senhor Presidente da Mesa informou que depois de analisar o Regimento que está em vigor, a Mesa considerou não ser necessário apresentar proposta para alteração do Regimento, ficando a vigorar o actual. -----

----- O senhor deputado Tony Richard mostrou preocupação pelo facto das sessões decorrerem de tarde e tal facto poder entrar em conflito com os afazeres profissionais dos membros da Assembleia, pensando que seria pertinente que no Regimento estivesse claro que os Membros da Assembleia têm dispensa legal dos seus empregos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa sugeriu que o deputado apresentasse uma proposta para poder ser votada pela Assembleia. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos valorizou a maneira democrática como foi elaborado o actual Regimento da Assembleia, com a participação de todos os partidos com assento nesta Assembleia. Aproveitou para afirmar que a proposta do deputado Tony Richard não tem cabimento, pois esse direito resulta da lei que regula os direitos locais, e não deverá estar presente no regimento. -----

----- O senhor Presidente da Mesa confirmou que não existem propostas para alteração do Regimento, e pediu à Assembleia que votasse a continuação do Regimento que actualmente vigora. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou estar de acordo com a intervenção da deputada Ana Maria Vasconcelos, e propôs que o horário das sessões mudasse para as 18h, pois considera que esta hora é mais consentânea com as disponibilidades de todos. -----

----- A senhora deputada Elizabete mostrou desgosto quanto ao horário das 18 horas para a realização das sessões. -----

----- O senhor Presidente da Mesa confirmou que irá estudar o assunto, em conjunto com os secretários e que depois informará o horário que será mais viável para as sessões da Assembleia.

----- Realizada a votação foi aprovado por unanimidade manter em vigor o Regimento. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao público presente. -----

----- Interveio a senhora Odília, para abordar a questão do encerramento da escola da Lavandeira, que, para o próximo ano lectivo terá 14 crianças e apelou ao senhor Presidente da Câmara para visitar a escola de Soza e o Centro Social de Soza, que vai dar apoio alimentar, para confirmar as condições existentes. -----

----- Outra intervenção foi do Sr. Jorge Luís Oliveira, de Vagos, que começou por afirmar que já foi membro desta Assembleia e que se sente triste com o que assistiu nesta sessão, manifestando vergonha em relação à nomeação dos cidadãos para a CPCJ. -----

----- A Senhora Elisabete Pequeno pediu para intervir no lugar do público, pois a questão que iria abordar prendia-se com o facto de morar na freguesia de St. André. A sua intervenção pretendeu valorizar o trabalho realizado pela senhora presidente de Junta de Freguesia de Santo André. -----

----- O senhor Presidente da Câmara registou o apelo da Sr.^a Odília, e afirmou que se pode estar de facto perante um argumento para o não encerramento da escola da Lavandeira. -----

----- De imediato o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----